

Questões políticas

- **A colaboração Sul-Sul** pode ajudar a estabelecer grupos de trabalho do REDD+ capazes de facilitar a troca de experiência, sensibilização, teste de abordagens e desenvolvimento de documentos necessários para a prontidão para o REDD+.
- **Líderes carismáticos que** dinamizam os processos de troca de experiências no país e asseguram a participação e cooperação dos ministérios do Governo relevantes, podem fazer diferença entre o sucesso e fracasso.
- **Para além destes líderes** de alto nível, os processos de prontidão do REDD+ que envolvem o governo a todos os níveis, organizações não-governamentais, sector privado e as partes interessadas da comunidade local criam uma plataforma de apropriação forte e ampla, condição para o sucesso do trabalho futuro.
- **Colaboração Sul-Sul não** significa replicar cegamente abordagens que tenham funcionado noutros lugares. Pelo contrário, trata-se de adaptar essas abordagens considerando o contexto e as capacidades locais.

Além da retórica: colaboração Sul-Sul para o REDD+

Debates globais sobre a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, e promoção da conservação, gestão florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) enfatizam a necessidade de as estratégias serem construídas com base no conhecimento existente. Num exemplo de colaboração Sul-Sul para fazer exactamente isso, o IIED ajudou a facilitar uma parceria entre Moçambique-Brasil para compartilhar conhecimento e criar um grupo de trabalho REDD+ único. A iniciativa oferece lições para outros países que estão a considerar uma colaboração Sul-Sul sobre REDD+, incluindo a necessidade e importância de líderes carismáticos, a continuidade da representação do governo, e a integração e coordenação entre os sectores.

Novas abordagens para velhos problemas

As florestas são vitais para sustentar pessoas e ambientes. Elas sequestram o carbono, conservam a biodiversidade, protegem os serviços das bacias hidrográficas e fornecem alimentos, fibra, energia, madeira, medicina e são património cultural de milhões de pessoas.

Em Moçambique, como em muitos outros países tropicais, as florestas, apoiam na subsistência da maioria da população rural (80 por cento), e também suportam a maioria dos moradores pobres das zonas urbanas, que dependem de produtos florestais para emprego, renda e energia de biomassa.

O país tem procurado assegurar que 40,1 milhões de hectares de floresta sejam usadas de forma sustentável tanto por empresas comerciais como pelas comunidades locais. Áreas protegidas foram criadas desde os anos 1960 e agora abrangem 16 por cento do país, incluindo 9 milhões de hectares de florestas. A legislação florestal e faunística trazida sobretudo entre 1997 e 2002 introduziu o conceito de devolução de recursos para o controle da comunidade

de modo a melhorar a apropriação e assim estimular as boas práticas de uso e manejo. Esta legislação prevê igualmente um quadro para a sustentabilidade nas concessões madeireiras comerciais e grandes plantações industriais.

Todavia, apesar destas políticas, as florestas de Moçambique continuam a diminuir em cerca de 219.000 hectares (0,58 por cento) a cada ano. A crescente demanda pela terra para produzir alimentos, construir casas e fornecer combustível a uma população cada vez mais crescente de agricultores de subsistência é agravada por demandas similares dos mercados doméstico e internacional.

Estratégias para a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, e promoção da conservação, gestão florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), representam uma nova abordagem para resolver problemas antigos. O REDD+ pode, e deve, aproveitar os muitos métodos e práticas que já são conhecidos para promover uma gestão florestal sustentável.

Isso inclui o controlo sobre os recursos florestais de valor comercial pela comunidade, mecanismos de partilha de benefícios, o desenvolvimento de meios

Cooperação Sul-Sul é um instrumento importante para alcançar objectivos comuns

de subsistência alternativos que não exijam o uso extensivo da terra. Deve-se promover a intensificação da produção de alimentos, combustível e fibras, reabilitação de terras degradadas e práticas de negócio

responsáveis na agricultura, florestas, mineração e infraestruturas.

Mas o que torna o REDD+ particularmente inovador é o facto de introduzir a ideia de pagamento com base em resultados - a mudança de práticas insustentáveis para as boas práticas deve ser medida

por meio de métricas de emissão de carbono, às quais explícitas recompensas financeiras estão associadas.

Moçambique valoriza o potencial do REDD+ para ajudar a proteger suas florestas e beneficiar seu povo. E, após a aprovação da ideia do Projecto REDD+ do país em 2008 Nota,¹ o Fundo de Apoio à Parceria de Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility — FCPF), comprometeu-se em apoiar Moçambique a desenvolver a sua estratégia de prontidão do REDD+.

Uma parceria para o REDD+

Ambos os debates nacionais e internacionais sobre REDD+ sublinham a necessidade de se partir do conhecimento e experiências existentes. Uma maneira de fazer isso é através da cooperação Sul-Sul.

Para Moçambique, um aliado natural do Sul é o Brasil, que tem uma longa história de lidar com o desmatamento e partilha a língua oficial com Moçambique, o Português. Apoiados por 1,15 milhões de dólares americanos concedidos pelo Governo da Noruega, os dois países, desde 2009, tem estado a trabalhar em parceria e a compartilhar as aprendizagens sobre o que funciona para a redução do desmatamento, onde e como.

Os objectivos específicos da colaboração são articulados num Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique, representado pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

(MICOA) e a instituição Brasileira de parceria público-privada, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) (ver quadro). O MICOA aprova a legislação para promover investimentos empresariais responsáveis em Moçambique. O Ministério moçambicano da Agricultura (MINAG), responsável pelo mapeamento da terra, alocação de terra e gestão florestal, é também parte do órgão de coordenação. A FAS trabalha com as comunidades florestais locais no Amazonas através de um programa REDD chamado Bolsa Floresta para desenvolver alternativas à extracção da madeira e ao mesmo tempo, fornecer infraestrutura social e fazer pagamentos individuais às famílias para a redução do desmatamento.²

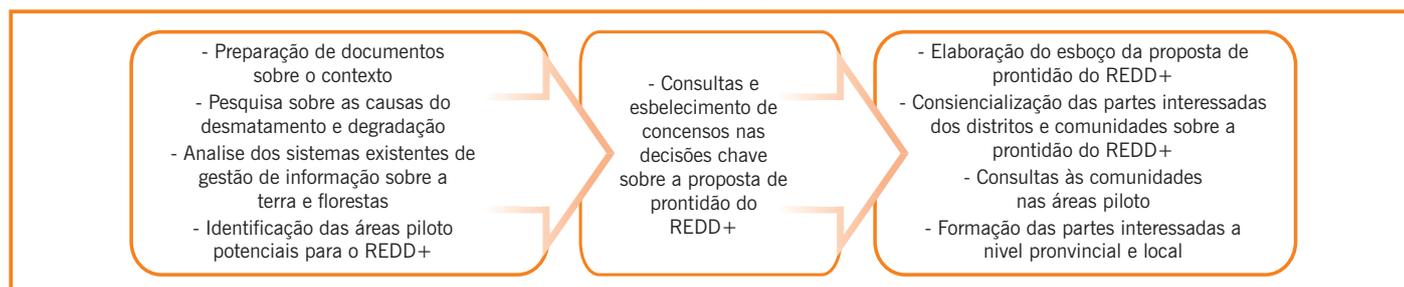
A Cooperação Sul-Sul é muitas vezes tida como uma estratégia poderosa para melhorar a capacidade científica e alcançar objectivos comuns - a razão sendo de que se os países enfrentam desafios semelhantes, o que funciona num país é mais provável que seja transferível e eficaz em trazer mudanças no outro. De facto, uma das motivações por trás da colaboração MICOA-MINAG-FAS foi explorar se o sucesso do Brasil em Juma e noutros locais, pode ser adaptado e replicado em Moçambique.

Resultados até ao momento

Então, o que é que a parceria Brasil-Moçambique, facilitada pelo IIED conseguiu alcançar, em REDD+, e como? Um dos seus primeiros resultados foi a criação, em 2009, de um grupo de trabalho do REDD+, composto por representantes do governo, organizações internacionais e da sociedade civil local. MICOA, MINAG e FAS assumem a liderança político-institucional, bem como a capacidade técnica dentro do governo para fazer avançar a parceria visando a prontidão para o REDD+.

Uma série de organizações nacionais e internacionais oferecem apoio especializado e assistência técnica às instituições do governo, como é o caso da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Moçambique, organização não Governamental Centro Terra Viva (CTV); INDUFOR que desenhou a proposta da nota da ideia do REDD em Moçambique, e o Instituto

Figura 1. Fases de trabalho na prontidão do REDD+ no âmbito da colaboração Moçambique-Brasil.



Criando plataforma de cooperação

O Memorando de Entendimento sobre REDD+ entre Moçambique e Brasil, assinado em 2009, inclui três componentes³:

- partilha de experiências do REDD+ entre os dois países;
- desenvolvimento, e facilitação da implementação de um roteiro para a proposta de prontidão do REDD+ e uma Estratégia Nacional do REDD+.
- identificação de áreas-piloto e implementação do REDD+, incluindo a avaliação dos potenciais mecanismos de compensação.

Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento (IIED) que tem estado a realizar estudos sobre as políticas de terras e florestas em Moçambique desde o início dos anos 2000 e é responsável pela coordenação técnica do processo Sul-Sul do REDD+.

Como o processo segue em direcção à testagem do REDD+, outras instituições como a Universidade de Edimburgo, juntaram-se para assessorar na determinação da taxa de mudança do uso da terra sobre os estoques de carbono, monitoria, produção de relatórios, e verificação das emissões de carbono. Instituições do Governo subnacionais e organizações não-governamentais também estão a juntar-se ao grupo para coordenar projectos-piloto no terreno.

O grupo de trabalho do REDD, envolvido na parceria Moçambique-Brasil, fez progressos significativos no processo do REDD+ em Moçambique, em seis áreas-chave.

1. Troca de experiência. O grupo de trabalho organizou visitas de intercâmbio entre instituições moçambicanas (MICOA, MINAG, CTV, UEM) e a FAS. Os representantes de Moçambique foram informados sobre o programa Bolsa Floresta e visitaram instituições que avaliam os estoques de carbono, medem, reportam e verificam as mudanças no uso da terra na Floresta Amazônica. Os funcionários da FAS foram informados sobre os arranjos institucionais e políticas de Moçambique aplicadas para lidar com as causas e promotores do desmatamento e degradação florestal.

2. Desenvolver um roteiro visando a prontidão para o REDD+. O grupo de trabalho ajudou a conduzir o desenho de uma abordagem consultiva e baseada em evidências para o processo de prontidão para o REDD+ em Moçambique, que atenda aos requisitos do FCPF. O processo, realizado durante 2010 e 2011, envolveu uma mistura de pesquisas e consultas (ver Figura 1).

Cada membro do grupo de trabalho participou no processo de preparação, quer através da facilitação de consultas, realização de pesquisas ou providenciando formação. Toda a pesquisa foi realizada por equipas multidisciplinares da UEM,

MICOA e MINAG. O envolvimento dos representantes do Governo central e local nas equipas de pesquisa foi muito importante tanto para melhorar o entendimento das questões, como também para garantir que a equipa tivesse como base a capacidade existente nas diferentes instituições. Isso foi crucial para promover a apropriação do processo do REDD+ dentro do governo.

3. Definição de áreas-piloto para testar o REDD+.

Após pesquisas e consultas nas dez províncias de Moçambique, o grupo de trabalho do REDD+ identificou seis áreas para testar o REDD+ (ver Figura 2).

As pressões locais sobre os recursos florestais em cada área variam desde locais onde as plantações industriais estão rapidamente a substituir as florestas nativas até regiões que enfrentam extração de madeira em grande escala e desmatamento ilegal.

Cada área foi escolhida com a intenção de testar diferentes aspectos de REDD+:

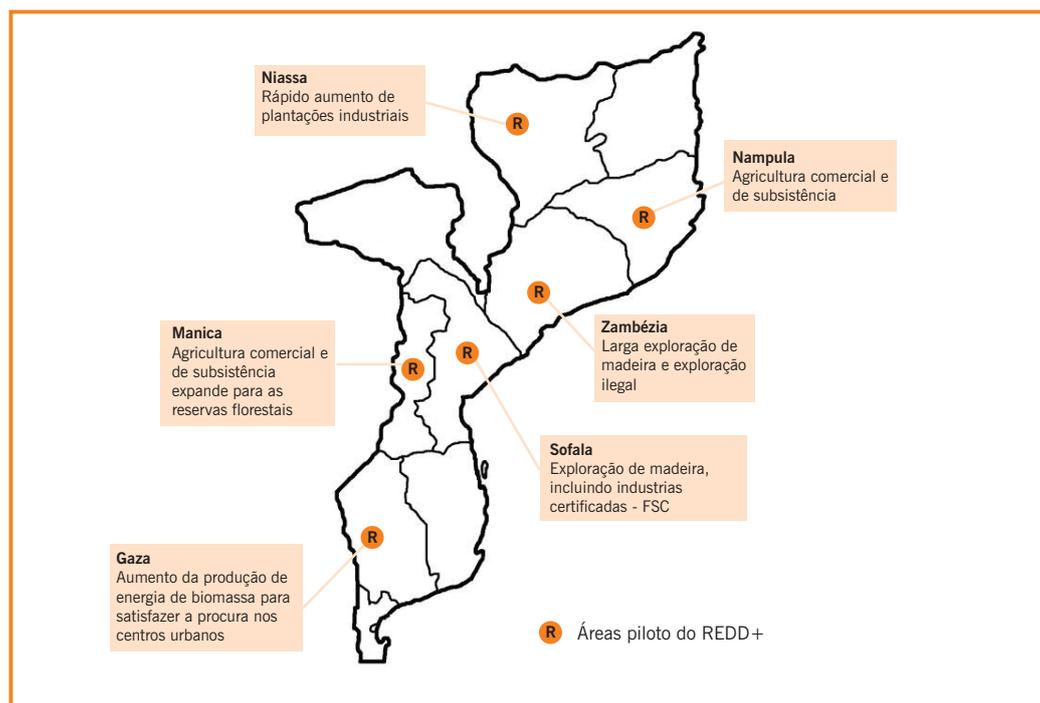
Gaza: como é que o '+' em REDD+ pode responder às necessidades de energia e de produtividade da agricultura? Um local para examinar a produção e uso eficiente da biomassa, fontes de energia alternativas e sistemas agroflorestais.

Manica: Será que os benefícios do REDD+ podem compensar os custos de oportunidade associados à mudança de uma agricultura comercial de pequena escala para conservação das árvores em pé? Um local para avaliar a sustentabilidade da intensificação da produção da banana e outras culturas comerciais.

Sofala: Será que o REDD+ pode ir para além do pagamento de créditos de carbono para incluir pagamentos de outros serviços dos ecossistemas florestais? Um local para examinar o mecanismo de partilha de benefícios e receitas do turismo em áreas protegidas, e para testar pagamentos de gestão de bacias hidrográficas.

Nampula: Será que as mudanças na agricultura podem contribuir na redução das emissões através

Figura 2. Áreas piloto do REDD+ e promotores de desmatamento locais.



do REDD+; e quais são os custos e benefícios da restauração das áreas degradadas? Um local para avaliar a sustentabilidade da intensificação das culturas de rendimento, incentivos baseados no mercado para a extração sustentável de madeira, tecnologia eficiente para energia de biomassa, e a utilidade do plantio de árvores e da gestão das queimadas na restauração das florestas degradadas.

Niassa: como é que as comunidades podem participar e beneficiar das plantações florestais de grandes dimensões para o REDD+? Um lugar para explorar as parcerias existentes entre as comunidades locais e empresas privadas ou autoridades governamentais, e para expandir a gestão comunitária dos recursos naturais.

Zambézia: como é que a degradação florestal associada a insustentabilidade do corte de madeira e queimadas descontroladas pode ser monitorada e verificada? Um local para explorar sistemas de gestão de informação eficazes para a monitoria, relatórios e verificação, tendo particularmente em conta a gestão das queimadas, gestão e conservação comunitária dos recursos naturais, e intensificação sustentável da agricultura.

Combinados, os seis locais cobrem uma gama de causas do desmatamento e degradação florestal, e oferecem oportunidades para testar uma ampla selecção de opções do REDD+.

A testagem já começou em algumas das áreas, em particular a província de Manica, onde o grupo de

trabalho do REDD+, apoiado pela Universidade de Edimburgo, começou a estabelecer os limites da área piloto, o mapeamento do uso da terra e a identificação das partes interessadas e causas do desmatamento e da degradação florestal. A MICAIA facilita o envolvimento das comunidades na implementação de intervenções visando reduzir as emissões do uso e mudança do uso da terra.

4. Sensibilização. As consultas feitas pelo grupo de trabalho envolveram mais de 1300 intervenientes do governo, do sector privado, das universidades, ONGs e comunidades locais. Uma equipa de mais 200 técnicos a nível provincial e distrital, foi treinada em conceitos do REDD+ incluindo monitoria, elaboração de relatórios, e verificação do REDD+.

O grupo de trabalho também realizou reuniões com os órgãos consultivos do governo, incluindo o Conselho de Ministros, para explicar o processo de prontidão do REDD+ e a importância do seu envolvimento. Ao todo, o grupo de trabalho atingiu pelo menos 1.500 pessoas.

A imprensa radiofónica e escrita, também foram utilizadas para divulgar informações sobre o processo de prontidão para o REDD+ e resultados alcançados. Isso incluiu a produção de um documentário - "Quando uma árvore cai" - sobre as causas do desmatamento em Nampula e Maputo para destacar alguns dos desafios que o REDD+ tem de enfrentar.

5. Desenvolvimento do esboço da proposta de prontidão do REDD+ (RPP). A apresentação do esboço de Moçambique RPP4 ao FCPF em outubro

de 2011 foi um marco importante para o grupo de trabalho do REDD+ e para a colaboração Brasil-Moçambique. O esboço foi formalmente submetido no início de Janeiro e aprovado no encontro do FCPF em Março de 2012, no Paraguai.

Lições aprendidas

Em vários aspectos a colaboração Moçambique-Brasil sobre REDD+ tem estado a funcionar bem. Porquê? Ingredientes-chave para seu sucesso incluem:

- Contínuo envolvimento de parceiros com a necessária combinação e complementaridade de conhecimentos para lidar com as principais componentes da proposta de prontidão para o REDD+.
- Compreensão de que a colaboração não implica simplesmente replicar cegamente as abordagens que foram bem-sucedidas no Brasil. Pelo contrário, trata-se de adaptar essas mesmas abordagens tendo em a consideração o contexto e as capacidades locais.
- Os Líderes políticos de alto nível apropriaram-se do processo garantindo a liderança e o empenho total na planificação e implementação das actividades.

Mas a colaboração não foi de todo muito fácil. Ao longo do processo enfrentou-se alguns desafios, como:

- Debates sobre quem gere os fundos em vez de quem gere os processos, o que provou ser uma distração cara.
- Controlo do aumento da “corrida” para adquirir direitos à terra e carbono em Moçambique, antes do processo de prontidão estar terminado.
- A incerteza sobre o futuro financiamento do REDD+ e o seu impacto nas acções a serem levadas a cabo em Moçambique.

A experiência adquirida através da parceria Moçambique-Brasil e do grupo de trabalho nacional do REDD+ também oferece lições mais abrangentes para outros países que estão a considerar a colaboração Sul-Sul no âmbito do REDD+.

Primeiro, o apoio político de alto nível é fundamental porque dita como o REDD+ é integrado nas instituições governamentais que acolhem a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC). Esse apoio é necessário para garantir a participação adequada dos ministérios, não só do responsável florestas, mas também os que lidam com a agricultura, energia, mineração e infra-estruturas. Em Moçambique, a forte apropriação do processo pelo Ministério da Coordenação da Acção Ambiental -MICOA não foi acompanhada pelo mesmo nível de apropriação no Ministério da Agricultura-

MINAG. Isso tem até agora tirado ao REDD+, as potencialidades sem precedentes da integração não somente dos departamentos de terras e florestas, mas também dos que elaboram políticas da agricultura de subsistência e comercial para os mercados doméstico e internacional.

Em segundo lugar, a percepção de que o REDD+ é simplesmente para o sector florestal resolver problemas florestais inibe a participação dos sectores-chave, bem como do sector privado e pode comprometer os resultados do REDD+. As causas subjacentes ao desmatamento e degradação florestal vêm principalmente de actividades não-florestais, incluindo a agricultura, a expansão das infra-estruturas, mineração, e produção de energia para satisfazer as necessidades de uma população em crescimento e satisfazer as preferências dos consumidores internacionais. Para serem eficazes, as políticas e as intervenções do REDD+ devem ser integradas em todos os sectores. Isto significa que o grupo de trabalho do REDD+ deverá incluir representantes de todos os actores e sectores que podem influenciar o desmatamento entre os quais os de turismo, administração estatal, finanças, e planificação e desenvolvimento, bem como associações empresariais e ONGs que lidam com o desenvolvimento e conservação.

Terceiro, todos os parceiros, particularmente os do governo, devem fornecer pessoal especializado para acompanhar, o processo de prontidão para o REDD+. A mudança constante de pessoas envolvidas dificulta a sua capacitação e construção de conhecimento profundo e experiência necessária para oferecer uma liderança técnica eficaz.

Em quarto lugar, linhas claras de comunicação e coordenação com os parceiros externos podem favorecer, ou prejudicar, a eficiência e a eficácia do apoio ao governo. Na parceria Moçambique-Brasil, garantir mensagens coerentes do IIED, FAS e INDUFOR aos parceiros do governo em questões como direitos de carbono, integração do REDD+ nas políticas florestais nacionais e o potencial papel das grandes plantações, tem sido fundamental em ajudar o governo a fazer escolhas informadas sobre as opções de desenvolvimento.

■ ISILDA NHANTUMBO E DUNCAN MACQUEEN

Isilda Nhantumbo (www.iied.org/natural-resources/staff/isilda-nhantumbo) è investigadora senior do Grupo de Recursos Naturais do IIED. Ela é membro do grupo de trabalho do REDD+ de Moçambique desde Fevereiro de 2010.

Duncan Macqueen (www.iied.org/natural-resources/staff/duncan-macqueen) è investigador senior e chefe da equipa de Florestas no Grupo de Recursos Naturais do IIED.

Notas

■ ¹ Mozambique Designated National Authority and National Directorate of Land and Forest. 2008. Mozambique REDD Plan Idea Note. Submission to the Forest Carbon Partnership Facility. See www.forestcarbonpartnership.org/fcp/Node/174 ■ ² Viana, V.M. et al. 2009. *The costs of REDD: lessons from Amazonas*. IIED Briefing. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/17076IIED.html> ■ ³ MICOA and MINAG. 2009. *Cooperação Sul-Sul sobre REDD: uma iniciativa Moçambique-Brasil para o desmatamento zero com relevância pan-Africana*. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/pdfs/G02605.pdf> ■ ⁴ FCPF. 2011. Mozambique Draft Readiness Preparation Proposal. Submission to the Forest Carbon Partnership Facility (FCPF). See www.forestcarbonpartnership.org/fcp/Node/174

Leitura adicional

■ Macqueen, D. 2009. *South-South REDD: A Brazil-Mozambique initiative. First progress report to the Norwegian Government*. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/G02603.html> ■ Nhantumbo, I., Macqueen, D. 2010. *South-South REDD: A Brazil-Mozambique initiative. Second progress report to the Norwegian Government*. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/G03116.html> ■ Macqueen, D. 2011. *South-South REDD: A Brazil-Mozambique initiative. Third progress report to the Norwegian Government*. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/G03132.html> ■ Mayers, J., Macqueen, D. 2009. *Key themes and questions for national REDD strategies*. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/G02604.html>

O Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED: International Institute for Environment and Development) é uma instituição de pesquisa independente e sem fins lucrativos trabalhando na área de desenvolvimento sustentável. IIED oferece liderança e conhecimento sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável, seja ao nível local, nacional, regional ou global. Este boletim foi produzido com o generoso apoio da Danida (Dinamarca), DFID (Reino Unido), Irish Aid (Ajuda Irlandesa), Norad (Noruega) e Sida (Suécia).

CONTACTO: Isilda Nhantumbo
isilda.nhantumbo@iied.org
80–86 Gray's Inn Road,
London WC1X 8NH, UK
Tel: +44 (0)20 3463 7399
Fax: +44 (0)20 3514 9055
Website: www.iied.org